



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Data da reunião: 29/04/2025
Presidente: Senador Marcos Rogério

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 2720/2022</p> <p>Ementa: Modifica o art. 261 da Lei nº 9503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para determinar o limite de 120 pontos para suspensão de dirigir dos caminhoneiros.</p> <p>Autoria: Senador Guaracy Silveira</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Jaime Bagattoli	Pela aprovação com emendas	<p>O projeto pretende alterar o Código de Trânsito Brasileiro para aumentar para 120 pontos a pontuação-limite para suspensão do direito de dirigir de caminhoneiros, excluindo desse novo limite os pontos adquiridos em decorrência da direção sob efeito de álcool ou outras substâncias que determinem dependência.</p> <p>O relator vota pela aprovação do projeto, com emendas que: a) baixa o limite para 80 pontos, por considerar excessivo o aumento para 120 pontos, que pode acabar por beneficiar o infrator contumaz e negligente; b) estende a exceção mencionada a todas as infrações gravíssimas previstas no Código Brasileiro de Trânsito; c) inclui no texto do projeto a nomenclatura própria que o Código de Trânsito Brasileiro adota quando quer se referir ao caminhoneiro: “condutor de veículo ou composição de transporte rodoviário de carga”.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PL 17/2021 Ementa: Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, para permitir à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa para as áreas rurais necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica. Autoria: Senador Zequinha Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Plínio Valério	Pela aprovação com emendas de redação.	A proposição visa a alterar a Lei 4.504/1964 (Estatuto da Terra), para permitir que a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAF) tome a iniciativa de declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas rurais necessárias para a instalação de infraestruturas de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica, com concordância posterior da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Ademais, propõe alteração no artigo 10 da Lei 9.074/1995 para estabelecer obrigatoriedade da anuência da SEAF às solicitações de Declaração de Utilidade Pública (DUP) que envolvam bens situados em áreas rurais. O relator apresenta emendas de redação para atualizar a denominação do órgão responsável pela governança fundiária, dado que a SEAF foi extinta e a competência atualmente é da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
3	PRS 2/2025 Ementa: Institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil. Autoria: Senador Zequinha Marinho e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Plínio Valério	Pela aprovação.	O projeto propõe a instituição da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, cujos objetivos são: a) promover ações legislativas voltadas ao apoio e fortalecimento da exploração de petróleo na margem equatorial; b) reunir Senadores interessados no tema e no desenvolvimento econômico da região; e c) acompanhar o processo de exploração em andamento e a tramitação de matérias afins no Congresso Nacional.

Item	Identificação da matéria
4	REQ 37/2025 - CI Ementa: Requer que sejam incluídos como convidados representante da ABRINT e da APRONET na Audiência Pública decorrente do REQ 27/2025 na CI. Autoria: Senador Esperidião Amin
5	REQ 38/2025 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater a modelagem da concessão da Rodovia BR-364, no trecho entre Rondonópolis/MT e Jataí-Rio Verde/GO. Autoria: Senador Wellington Fagundes
6	REQ 39/2025 - CI Ementa: Requer que seja convidado o representante da SBA TORRES DO BRASIL Autoria: Senador Esperidião Amin

Item	Identificação da matéria
7	REQ 40/2025 - CI Ementa: Requer que seja incluído representante da Associação Brasileira de Fabricantes de Drones - ABDrone Autoria: Senador Jayme Campos
8	REQ 41/2025 - CI Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Sr. Roberto José Silveira Honorato, informações sobre o processo administrativo (nº 00058.021107/2025-92) que trata da redistribuição dos slots utilizados pela empresa Voepass nos aeroportos de Guarulhos (GRU) e Congonhas (CGH), nas temporadas W24 e S25, em função da suspensão cautelar do seu Certificado de Operador Aéreo - COA. Autoria: Senador Marcos Rogério

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.